



ESPERANÇAS, IMPACTOS, DESINVESTIMENTO E ADOECIMENTO DOCENTE: PRETEXTOS E CONTEXTOS

Solange Fideles da Silva

¹Universidade Católica de Santos, Santos, Brasil (fideles2607@gmail.com)

Resumo: O presente projeto de pesquisa, com início no primeiro semestre de 2026, propõe o estudo dos diversos condicionantes que constituem o adoecimento próprio da atividade docente. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender criticamente esta questão, contundentemente midiaticizada, e repensar os impactos negativos impostos ao Direito à Educação, que se apresentam como consequência dos fatores que geram a perda da saúde própria do trabalho do professor.

Palavras-chave: adoecimento docente; direito à educação; gestão democrática; cultura escolar

INTRODUÇÃO

A princípio, pretende-se que o *locus* privilegiado da pesquisa seja nas escolas municipais de Santos - SP, contudo está sob a dependência de aprovação desta solicitação. A hipótese é que o afastamento de uma propositura de Gestão Democrática pode interferir no adoecimento docente. O objetivo é obter uma visão crítica sobre as inquiuições a respeito desta questão que apresente potencial para gerar um amplo debate público sobre o tema, ampliando as possibilidades e vieses democrático participativos no Município estudado.

MATERIAL E MÉTODOS

No percurso da pesquisa desenvolver-se-á uma revisão da literatura, a coleta em repositórios de dados, o estabelecimento de contrapontos com a legislação e com dados sobre financiamento educacional, associando às proposições políticas e às referências histórico documentais.

A questão norteadora desta busca ficou assim descrita: Como se inter-relacionam e se desdobram o desinvestimento docente, as políticas públicas e os diversos aspectos do adoecimento docente e no que isso reflete no Direito à Educação?

O objetivo geral pretende: concatenar dados para obter uma visão crítica sobre as inquiuições a respeito dos impactos e do adoecimento docente, visando fornecer um cabedal teórico-empírico robusto, que subsidie o debate público sobre o tema e amplie a consolidação de possibilidades democrático-participativas.

Para conseguir abarcar o objetivo geral, o desdobramento dos objetivos específicos ficou assim pormenorizado:

1. Esmiuçar se as compreensões sobre possibilidades participativo-democratizantes estão relacionadas ao adoecimento dos docentes;
2. Acessar as impressões e compreensões de diversos sujeitos (pais, estudantes, professores, profissionais da Educação, sindicatos, gestores, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA-Educação, perícia médica, ...) sobre o adoecimento docente;
3. Aproximar as reflexões da pesquisa do entendimento público, buscando superar convicções presentes no senso comum;
4. Expor e propor possíveis superações às vulnerabilidades encontradas, com o objetivo de minimizar as estruturas que possam acarretar o adoecimento docente.

A aproximação com a realidade do professorado dar-se-á pela pesquisa de campo com questionários e entrevistas. Apesar do professorado ser o foco central enquanto sujeito coletivo de pesquisa, para conseguir desenvolver o estudo robusto proposto no objetivo geral, a pesquisa comunicará as percepções dos sujeitos que compõem a comunidade escolar e institucional: professores da educação pública, estudantes e seus pais, gestores escolares e demais profissionais da Educação, representantes de sindicatos, membros da CIPA e da perícia médica.



A metodologia que coaduna com o propósito da Pesquisa é o Método Materialista Histórico Dialético aplicado à Educação, visto que se busca compreender o estudado de forma crítica e aprofundada, considerando suas relações, tensões e contradições.

O desenho metodológico da pesquisa está dividido em três etapas: Etapa Teórico-Documental; Setorização Geográfica do município de Santos e Etapa de Campo.

Será na primeira etapa, que haverá o início da discussão dos pretextos e contextos da pesquisa, em diálogo com o Estado da Questão.

A segunda etapa será a setorização do município de Santos. Haverá busca em sites e portais para bem caracterizá-lo em sua diversidade. A princípio, a cidade pode ser assim categorizada (SANTOS; SP):

- a. Centro/Área Central – polo histórico e administrativo e vem ao longo dos anos perdendo moradores e estabelecimentos comerciais;
- b. Zona Leste – bairro mais nobres e tradicionais, incluindo a praia. Esta região é a que associa Santos ao selo de marketing da cidade: “Santos - Melhor Cidade Para se Viver”;
- c. Zona Noroeste – região mais populosa, com sérios problemas de infraestrutura e alagamentos, onde há a maior favela sobre palafitas da América Latina;
- d. Zona Intermediária - entre a Zona Central e a Praia, segue ao longo dos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 que são tombados pela pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e pelo Condepasa (Conselho de Defesa do Patrimônio) como Patrimônio, Histórico e Cultural;
- e. Área dos Morros – que necessita de logística adaptada, devidos às características geográficas e por sofrer com desmoronamentos.
- f. Área Continental – é a parte que representa quase 80% do território do município. Pode-se dizer que é o oposto da área insular por ser composta por extensões de Mata Atlântica e manguezais. Trata-se de uma região formada por rios, com características rurais e com comunidades tradicionais voltadas ao ecoturismo e à pesca. Como é mais isolada, as escolas funcionam num ambiente e numa dinâmica particulares.

Mediante o exposto, é possível inferir a diversidade no município de Santos, que é uma cidade considerada rica dentro de sua região Metropolitana (Baixada Santista), por abrigar o maior Porto da América Latina. Ela tem relevância histórica e lazer. É bastante associada à praia e a seu jardim, que é reconhecido pelo *Guinness World Records*, como o maior jardim frontal de praia em extensão do mundo. Entretanto, possui desigualdades bem estabelecidas e observáveis, com grandes áreas de pobreza marcadas por alagamentos constantes e desmoronamentos.

Tratar a questão em Santos de modo setorizado faz-se necessário tendo-se em vista que o município tem realidades contrastantes e, deste modo, os fatores de adoecimento docente no município não podem ser pesquisados de modo padronizado já que se supõe que as necessidades específicas devem aparecer na etapa de campo.

A terceira etapa é a de Campo onde haverá a pesquisa do objeto no *locus*, com os sujeitos de pesquisa já referenciados anteriormente.

O Objeto de Estudo centra-se no sofrimento e no adoecimento próprio dos docentes. A pesquisa busca investigar os condicionantes deste sofrimento e os fatores de adoecimento, inter-relacionando-os com o Direito à Educação (Duarte, 2007), as Políticas Públicas e o desvelamento das contradições e mediações presentes neste processo.

A Justificativa nasce da necessidade de se evidenciar os manejos, e com isso, desenvolver reflexões que desnaturalizem as interpretações consolidadas sobre a questão e, deste modo, subsidiar debates públicos e políticas institucionais.

Ao final da pesquisa espera-se alcançar uma visão aprofundada sobre os desafios da profissão docente pautada na observação e exploração conjuntural, na evidenciação de contradições e mediações, totalizando deste modo os pretextos e contextos envoltos no processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em suma, o levantamento bibliográfico feito até o momento aponta que o modo como se entende a concepção de ser humano é o fio condutor dos princípios educacionais propostos, da finalidade da educação buscada, dos conteúdos ministrados, dos métodos empregados, das avaliações feitas e de como a escola é gerida. Estes entrelaçamentos cotidianos vêm conduzindo os professores a um quadro de adoecimento, cada vez mais socialmente evidente.

O que se pode elencar é que a profissão está submersa em violência. Há violência direta com ameaças recebidas de alunos e seus responsáveis, exposição ofensiva nas redes sociais, mas também intimidação pelos gestores escolares com perseguição moral, desmoralização, isolamento, desautorização frente ao alunado e omissão ao bullying praticado pelo corpo docente. Além desta, a violência pode se apresentar de modo indireto que, apesar de menos evidente, agrega desgaste e sofrimento. Há sobrecarga de trabalho sem apoio, pressão por resultados, falta constante de material didático e controle de cátedra. A falta de uma formação inicial crítica deixa o professor sem ferramentas intelectuais e emocionais para enfrentar as pressões gerencialistas do sistema (Monfredini 2012), que progressivamente vem aumentando a burocracia e as cobranças. A



implementação de retrabalho e a exigência de preenchimento exaustivo de dados pela plataformização da Educação também se apresentam como violência e desgaste. A violência estrutural associa-se às condições do sistema educacional, à remuneração salarial e à necessidade de trabalhar em várias escolas para completar a renda (Enguita, 1991). A vinculação social à desvalorização profissional, a falta de segurança nas escolas, as turmas com número elevado de alunos, a falta de apoio psicológico tanto aos alunos, quanto aos professores e a ausência de políticas públicas eficazes de proteção docente é o quadro comum. Quando há o evidenciamento de alguma polêmica a respeito, que demande uma resposta pública, o costume é a introdução de reformas e projetos educacionais verticalizados e padronizados que desconsideram/ignoram as necessidades reais do corpo docente (Huberman, 1992).

Os fatores elencados podem ser vinculados ao conceito de Violência simbólica do sociólogo Pierre Bourdieu (1999). É uma violência “invisível”, que naturaliza as humilhações cotidianas e a desvalorização do professor, abrindo brechas para que se agreguem novas formas de violências.

Tem se tornado mais comum em postagens de internet o professor que é colocado na posição de “cuidador”. O conhecimento próprio do docente é ridicularizado e há pressão pela aprovação do aluno desassociada da aprendizagem. A união dos fatores apontados fragiliza cada vez mais o papel profissional do professor causando sofrimento e adoecimento.

A consolidação desta hegemonia sobre a figura do professor passa a ser uma violência cultural que legitima as agressões e o desrespeito. Ao normalizar: a indisciplina extrema, a difusão da ideologia de que o professor “não trabalha”, a desconfiança e a legitimação do confronto cotidiano com o professor há um estímulo à hostilidade e uma modalidade de violência passa a retroalimentar as outras, impulsionando o movimento.

A violência física direta, o arremesso de objetos e os danos materiais aos pertences dos professores são mediados de modo isolado. Essa consideração como incidentes pontuais, oculta o fato de que ocorrem dentro de um sistema. Os diversos modos como as violências se apresentam se conectam e a precarização estrutural torna o ambiente hostil com potencial aumentos de conflitos e do estresse crônico.

Há de se prever que a exposição cotidiana às violências da profissão gera consequências para os professores. Ansiedade, Burnout, afastamentos médicos, desinvestimento docente (Monfredini, 2009), abandono da carreira (Monfredini, 2020) são, por vezes, tratados como corriqueiros e até aparecem no trabalho de humoristas como Diogo Almeida, no

entanto os impactos sobre o Direito à Educação (Duarte, 2007) necessitam ser melhor destrinchados e divulgados.

O tema do adoecimento docente vem sendo discutido por entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Gouvêa, 2016), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (Frota, 2019) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que é a agência especializada da ONU voltada para as questões do mundo do trabalho (Oliveira, 2020).

Na fundamentação teórica buscar-se-á ancorar o estudo nas relações de trabalho e nas políticas educacionais, visto que não se trata de uma pesquisa na área da Saúde e sim da Educação. Os principais pontos a serem trabalhados são: a tensão entre modelos de gestão (oposição entre o modelo neoliberal de Educação (Ball, 2013) e a Gestão Democrática-participativa), a precarização do trabalho docente com a desvalorização social, as violências escolares, a retirada do *ethos profissional* (Cambi, 1999; Saviani, 2020) e o estado da questão que ainda está sendo construído. A título de citação, pode-se elencar, no momento, alguns autores que tratam da subjetividade docente e que podem auxiliar na compreensão do adoecimento profissional do professor (Antônio Nóvoa, Marilda Facci e Regina Penteado). Estes autores, provavelmente embasarão a discussão sobre o mal-estar e o adoecimento nesta profissão. Como tudo está em andamento e se fazem necessárias mais leituras e o estabelecimento de entrelaçamentos com o tema da pesquisa, algumas obras que estão sendo trabalhadas ainda não constam nas referências.

CONCLUSÃO

Tendo-se em vista que é uma pesquisa inicial, há de se fazer uma adequação. Introduce-se a troca da conclusão pela hipótese de pesquisa: O afastamento de uma proposta de Gestão Democrática e a adoção do modelo neoliberal de Educação possui o potencial de acirrar os processos de adoecimento dos professores e de prejudicar o acesso ao Direito à Educação (Duarte, 2007).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores Dr. Ricardo Costa Galvanese e Dra. Ivanise Monfredini pela condução segura ao longo desta jornada. Agradeço também a professora Dra. Maria do Carmo Luiz Caldas Leite e ao prof. Dr. Fábio Sampaio Mascarenhas pela paciência e inspiração. A generosidade, que em vocês é pulsante, é crucial na construção de minha autonomia intelectual.



REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista educação em questão**, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013. Disponível em: <https://kclpure.kcl.ac.uk/ws/portalfiles/portal/233589571/563959981002.pdf> Acesso em: 26 jul. 2025.

BOURDIEU, Pierre. La miseria del mundo. **Ediciones Ákal**, 1999.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Editora Unesp, 1999. **Encyclopedia. Características da educação moderna**, p. 195-219.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007.

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Teoria & Educação**, v. 4, p. 41-61, 1991.

FROTA, Dlane Lima. Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente. 2019.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 206-219, 2016.

HUBERMAN, Michael et al. O ciclo de vida profissional dos professores. **Vidas de professores**, v. 2, 1992.

MONFREDINI, Ivanise. O professor desistente. Constituição mediada pelas políticas educacionais e pela cultura escolar. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 4, n. 3, p. 487-506, 2009. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1729> Acesso em: 25 set. 2025.

MONFREDINI, Ivanise. O deserto da formação inicial nas licenciaturas. Ou, a formação determinada pela rentabilidade. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/7861> Acesso em: 25 set. 2025

MONFREDINI, Ivanise. Silenciamento e desistência: a formação de professores pelo trabalho. Publicado em 20 jul. 2020. **Editora CRV**. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/7861>. Acesso em: 25 set. 2025.

OLIVEIRA, Hayanna Emillyn Matias de. Estresse ocupacional: uma revisão bibliográfica sobre o adoecimento mental na docência. 2020.

SANTOS (SP). Prefeitura Municipal. **Santos Mapeada**. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/santosmapeada/>. Acesso em: 4 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. **Autores Associados**, 2020.